



## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

De acordo com os artigos 7.º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com as alíneas f) do nº 2, do artigo 23º, e u) do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado entre:

1) MUNICÍPIO DA MAIA, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designado de Primeiro Outorgante, e

2) MAIASTARS - CLUBE DE DESPORTO, CULTURA, AMBIENTE E SOLIDARIEDADE SOCIAL, com o número de pessoa coletiva [REDACTED], com sede social na [REDACTED] representada neste ato pela Presidente da Direção, Maria Alzira Matos Ferreira da Silva Pacheco, residente na [REDACTED] portadora do cartão de cidadão com o número de identificação civil [REDACTED] com poderes para o ato nos termos da ata avulsa, de 29/04/2018 e da ata n.º avulsa de retificação de 10/12/2018, adiante designado de Segundo Outorgante;

### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do presente contrato a cooperação entre os dois outorgantes com vista à realização do 16º Torneio Internacional "Maia Handball Cup 2019", inserido no plano de atividade do projeto "Maia Desporto para Todos – Maia Cidade do Desporto 2019", conforme proposta apresentada pelo Maiastars - Clube de Desporto, Cultura, Ambiente e Solidariedade



Social, constante do anexo deste contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro.

## **CLÁUSULA SEGUNDA PERÍODO DE EXECUÇÃO**

O prazo de execução do programa objeto do presente contrato termina a 31 de dezembro de 2019.

## **CLÁUSULA TERCEIRA APOIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS**

1. Para a organização do evento desportivo referido na cláusula 1ª supra, com o custo de referência de 280 820,00€, constante da proposta apresentada pelo Maiastars - Clube de Desporto, Cultura, Ambiente e Solidariedade Social, é concedida pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante uma comparticipação financeira no valor de € 70.000,00 (setenta mil euros).
2. A verba referida no número anterior será disponibilizada após a outorga do presente Contrato-Programa, e o segundo outorgante apresentará, no prazo de até 30 dias, o relatório referido na alínea d) da cláusula quarta e os comprovativos de despesa realizada.

## **CLÁUSULA QUARTA OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

São obrigações da Maiastars - Clube de Desporto, Cultura, Ambiente e Solidariedade Social:

- a) Realizar o projeto a que se reporta o presente contrato nos termos constantes da proposta apresentada à Câmara Municipal da Maia, e de forma a atingir os objetivos aí expressos;
- b) Prestar todas as informações, bem como, apresentar todos os comprovativos da efetiva realização da despesa, acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo Primeiro Outorgante;
- c) Organizar a sua contabilidade por centro de custos próprios e exclusivos, com reconhecimento claros dos custos incorridos e a identificação de receitas, de acordo

- com o disposto no n.º 2 artigo 20.º, do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação atual;
- d) Entregar, até 20 dias após a assinatura deste contrato, o relatório final compilado sobre a execução técnica e financeira, devidamente aprovado pelo conselho fiscal, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos dos documentos justificativos, e no qual deve contar a evidência do registo contabilístico, nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação atual;
  - e) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do evento, o apoio da Câmara Municipal da Maia e o projeto “Maia Desporto para Todos – Maia Cidade do Desporto 2019”.
  - f) Respeitar, em matéria de proteção de dados pessoais que digam respeito à relação com o primeiro outorgante e ao estrito cumprimento do presente Contrato, o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD), bem como a legislação nacional aplicável;
  - g) Assegurar a responsabilidade por acidentes pessoais dos participantes no evento e atividades desportivas por si promovidas e enquadradas diretamente, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, evidenciando tal desiderato através de cópia da apólice de seguro, a enviar ao primeiro outorgante antes do início do evento;
  - h) Respeitar os princípios estabelecidos no Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), em todos os eventos, provas desportivas e outras iniciativas que realizar sob a sua responsabilidade ou em parceria com outras entidades, sob pena, o seu incumprimento implicar a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo primeiro outorgante.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

#### **INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

1. O incumprimento do disposto na cláusula 4ª, por razões não fundamentadas, concede à Câmara Municipal da Maia, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as



quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do projeto desportivo objeto deste contrato.

2. Caso a comparticipação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do projeto desportivo, o segundo outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante, os montantes não aplicados.

#### **CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**

É obrigação do primeiro outorgante, enquanto entidade concedente de comparticipação financeira atrás mencionada, fiscalizar a execução do presente contrato-programa, podendo realizar, para os efeitos, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

#### **CLAUSULA SÉTIMA REVISÃO DO CONTRATO**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo pode ser modificado ou revisto por livre acordo entre as partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### **CLÁUSULA OITAVA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1. O presente contrato-programa entra em vigor na data de publicitação na página eletrónica do primeiro outorgante.
2. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula 4ª, o contrato termina a 31 de dezembro de 2019.

#### **CLÁUSULA NONA DISPOSIÇÕES FINAIS**



1. Nos termos do nº 1 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualizada, este contrato – programa é publicitado na página eletrónica do primeiro outorgante.
2. O presente contrato será suportado por conta de verba inscrita no orçamento sob a rubrica orçamental 05/040701, cujo encargo está sustentado pelo Compromisso Contabilístico n.º 1776, e no Compromisso de Fundos Disponíveis n.º 3844, ambos de 23 de julho de 2019.
3. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
4. Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Maia e Paços do Concelho a 23 de dezembro de 2019, em dois exemplares de igual valor.

**O 1.º OUTORGANTE**

**O 2.º OUTORGANTE**

